



Maio/2011

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade Arquivologia

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AV', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto abaixo.

Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda

Para Sérgio Buarque de Holanda a principal tarefa do historiador consistia em estudar possibilidades de mudança social. Entretanto, conceitos herdados e intelectualismos abstratos impediam a sensibilidade para com o processo do devir. Raramente o que se afigurava como predominante na historiografia brasileira apontava um caminho profícuo para o historiador preocupado em estudar mudanças. Os caminhos institucionalizados escondiam os figurantes mudos e sua fala. Tanto as fontes quanto a própria historiografia falavam a linguagem do poder, e sempre imbuídas da ideologia dos interesses estabelecidos. Desvendar ideologias implica para o historiador um cuidadoso percurso interpretativo voltado para indícios tênues e nuances sutis. Pormenores significativos apontavam caminhos imperceptíveis, o fragmentário, o não-determinante, o secundário. Destes proviriam as pistas que indicariam o caminho da interpretação da mudança, do processo do vir a ser dos figurantes mudos em processo de forjar estratégias de sobrevivência.

Era engajado o seu modo de escrever história. Como historiador quis elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira. Enfatizava o provisório, a diversidade, a fim de documentar novos sujeitos eventualmente participantes da história.

Para chegar a escrever uma história verdadeiramente engajada deveria o historiador partir do estudo da urdidura dos pormenores para chegar a uma visão de conjunto de sociabilidades, experiências de vida, que por sua vez traduzissem necessidades sociais. Aderir à pluralidade se lhe afigurava como uma condição essencial para este sondar das possibilidades de emergência de novos fatores de mudança social. Tratava-se, na historiografia, de aceitar o provisório como necessário. Caberia ao historiador o desafio de discernir e de apreender, juntamente com valores ideológicos preexistentes, as possibilidades de coexistência de valores e necessidades sociais diversas que conviviam entre si no processo de formação da sociedade brasileira sem uma necessária coerência.

(Fragmento adaptado de Maria Odila Leite da Silva Dias, **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo, Perseu Abramo, 1998, pp.15-17)

1. Na visão de Sérgio Buarque de Holanda, o historiador deve valorizar
 - (A) os personagens que tiveram papel preponderante na história nacional, deixando de lado os figurantes a quem é dado muito espaço na historiografia brasileira tradicional.
 - (B) o fragmento e o detalhe, contrapondo-se assim à historiografia brasileira tradicional, que privilegia a totalidade e a síntese.
 - (C) o inacabado e o imperfeito, convergindo para a historiografia brasileira tradicional, que sempre recusou a estabilidade e a permanência.
 - (D) os resultados em lugar do processo, objetivando tornar mais significativas as descobertas da história tradicional feita no Brasil.
 - (E) as ideologias e o papel fundamental que desempenham em todo o processo histórico, muito mais importante que aquele exercido pelos indivíduos.
2. Ao contrapor *conceitos herdados e intelectualismos abstratos*, de um lado, e *a sensibilidade para com o processo do devir*, de outro, a autora afirma a opção de Sérgio Buarque de Holanda
 - (A) pelo pensamento metódico e consagrado em detrimento da observação sempre enganosa dos fatos.
 - (B) pela arte, capaz de despertar os sentidos mais embotados, em detrimento da filosofia, em que a razão invariavelmente predomina.
 - (C) pelo trabalho braçal, palpável e concreto, em detrimento do trabalho intelectual, desvinculado da vida e da realidade.
 - (D) pelo passado, que se pode conhecer em detalhes e de modo seguro, em detrimento do futuro, que não pode ser previsto senão especulativamente.
 - (E) pela apreensão da realidade fugidia e instável em detrimento da teoria inflexível e da especulação vazia.
3. Destes proviriam as pistas que indicariam o caminho ...

O verbo empregado no texto que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está também grifado em:

 - (A) ... a principal tarefa do historiador consistia em estudar possibilidades de mudança social.
 - (B) Os caminhos institucionalizados escondiam os figurantes mudos e sua fala.
 - (C) Enfatizava o provisório, a diversidade, a fim de documentar novos sujeitos ...
 - (D) ... sociabilidades, experiências de vida, que por sua vez traduzissem necessidades sociais.
 - (E) Era engajado o seu modo de escrever história.
4. Tanto as fontes quanto a própria historiografia falavam a linguagem do poder ...

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

 - (A) eram faladas.
 - (B) foi falada.
 - (C) se falaram.
 - (D) era falada.
 - (E) tinha-se falado.



5. O segmento retirado do texto cuja redação mantém-se correta com o acréscimo de uma vírgula é:
- (A) Raramente o que se afigurava como predominante na historiografia brasileira, apontava um caminho profícuo ...
- (B) Caberia ao historiador, o desafio de discernir e de apreender ...
- (C) Para chegar a escrever uma história verdadeiramente engajada, deveria o historiador ...
- (D) Aderir à pluralidade se lhe afigurava, como uma condição essencial para este sondar ...
- (E) Desvendar ideologias, implica para o historiador um cuidadoso percurso interpretativo ...

6. *Como historiador quis elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.*

A frase acima está corretamente reescrita, preservando-se em linhas gerais o sentido original, em:

- (A) Às formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira voltou-se o historiador Sérgio Buarque, com o intento de elaborá-las.
- (B) Sérgio Buarque, como historiador, dedicou-se à elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e dos processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.
- (C) As formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira o historiador Sérgio Buarque pretendeu dar elaboração.
- (D) Em seu trabalho como historiador, Sérgio Buarque tinha como meta chegar à certas formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.
- (E) O historiador Sérgio Buarque dedicou-se a elaboração de formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.

Atenção: As questões de números 7 a 10 referem-se ao texto abaixo.

A navegação fazia-se, comumente, das oito horas da manhã às cinco da tarde, quando as canoas embicavam pelos barrancos e eram presas a troncos de árvores, com o auxílio de cordas ou cipós. Os densos nevoeiros, que se acumulam sobre os rios durante a tarde e pela manhã, às vezes até o meio-dia, impediam que se prolongasse o horário das viagens.

Antes do pôr-do-sol, costumavam os homens arranchar-se e cuidar da ceia, que constava principalmente de feijão com toucinho, além da indefectível farinha, e algum pescado ou caça apanhados pelo caminho. Quando a bordo, e por não poderem acender fogo, os viajantes tinham de contentar-se, geralmente, com feijão frio, feito de véspera.

De qualquer modo, era esse alimento tido em grande conta nas expedições, passando por extremamente substancial e saudável. Um dos motivos para tal preferência vinha, sem dúvida, da grande abundância de feijão nos povoados, durante as ocasiões em que costumavam sair as frotas destinadas ao Cuiabá e a Mato Grosso.

(Adaptado de Sérgio Buarque de Holanda. **Monções**. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 2000, pp.105-6)

7. O segmento cujo sentido está corretamente expresso em outras palavras é:

- (A) *além da indefectível farinha* = sem contar a eventual moagem.
- (B) *feito de véspera* = ritualmente preparado.
- (C) *tido em grande conta nas expedições* = muito caro para as viagens.
- (D) *arranchar-se e cuidar da ceia* = abancar-se e servir o jantar.
- (E) *impediam que se prolongasse* = obstavam que se estendesse.

8. *Quando a bordo, e por não poderem acender fogo, os viajantes tinham de contentar-se, geralmente, com feijão frio, feito de véspera.*

Identificam-se nos segmentos grifados na frase acima, respectivamente, noções de

- (A) modo e consequência.
- (B) causa e concessão.
- (C) temporalidade e causa.
- (D) modo e temporalidade.
- (E) consequência e oposição.

9. Leia atentamente as afirmações a seguir.

- I. O segmento grifado em *as canoas [...] eram presas a troncos de árvores, com o auxílio de cordas ou cipós* (primeiro parágrafo) pode ser substituído por **auxiliadas consoante**, sem prejuízo para a correção e a clareza.
- II. Em *Os densos nevoeiros, que se acumulam sobre os rios* (primeiro parágrafo), o segmento grifado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido, por **acumulados**.
- III. A expressão *De qualquer modo*, no último parágrafo, é equivalente a **Em todo caso**.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

10. O verbo corretamente empregado e flexionado está grifado em:

- (A) É de se imaginar que, se os viajantes setecentistas antevessem as dificuldades que iriam deparar, muitos deles desistiriam da aventura antes mesmo de embarcar.
- (B) O que quer que os compelisse, cabe admirar a coragem desses homens que partiam para o desconhecido sem saber o que os aguardava a cada volta do rio.
- (C) Caso não se surtisse com os mantimentos necessários para o longo percurso, o viajante corria o risco de literalmente morrer de fome antes de chegar ao destino.
- (D) Se não maldiziam os santos, é bastante provável que muitos dos viajantes maldizessem ao menos o destino diante das terríveis tribulações que deviam enfrentar.
- (E) Na história da humanidade, desbravadores foram não raro aqueles que sobreporam o desejo de enriquecer à relativa segurança de uma vida sedentária.



Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Do homicídio*

Cabe a vós, senhores, examinar em que caso é justo privar da vida o vosso semelhante, vida que lhe foi dada por Deus.

*Há quem diga que a guerra sempre tornou esses homicídios não só legítimos como também gloriosos. Todavia, como explicar que a guerra sempre tenha sido vista com horror pelos brâmanes, tanto quanto o porco era execrado pelos árabes e pelos egípcios? Os primitivos aos quais foi dado o nome ridículo de **quakers**** fugiram da guerra e a detestaram por mais de um século, até o dia em que foram forçados por seus irmãos cristãos de Londres a renunciar a essa prerrogativa, que os distinguia de quase todo o restante do mundo. Portanto, apesar de tudo, é possível abster-se de matar homens.*

Mas há cidadãos que vos bradam: um malvado furou-me um olho; um bárbaro matou meu irmão; queremos vingança; quero um olho do agressor que me cegou; quero todo o sangue do assassino que apunhalou meu irmão; queremos que seja cumprida a antiga e universal lei de talião.

Não podereis acaso responder-lhes: “Quando aquele que vos cegou tiver um olho a menos, vós tereis um olho a mais? Quando eu mandar supliciar aquele que matou vosso irmão, esse irmão será ressuscitado? Esperai alguns dias; então vossa justa dor terá perdido intensidade; não vos aborrecerá ver com o olho que vos resta a vultosa soma de dinheiro que obrigarei o mutilador a vos dar; com ela vivereis vida agradável, e além disso ele será vosso escravo durante alguns anos, desde que lhe seja permitido conservar seus dois olhos para melhor vos servir durante esse tempo. Quanto ao assassino do seu irmão, será vosso escravo enquanto viver. Eu o tornarei útil para sempre a vós, ao público e a si mesmo”.

É assim que se faz na Rússia há quarenta anos. Os criminosos que ultrajaram a pátria são forçados a servir à pátria para sempre; seu suplício é uma lição contínua, e foi a partir de então que aquela vasta região do mundo deixou de ser bárbara.

(Voltaire – **O preço da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 15/16. Trad. de Ivone Castilho Benedetti)

* Excerto de texto escrito em 1777, pelo filósofo iluminista francês Voltaire (1694-1778).

** *Quaker* = associação religiosa inglesa do séc. XVI, defensora do pacifismo.

11. No segundo parágrafo, em sua argumentação contra a pena de morte, Voltaire refuta a tese segundo a qual

- (A) a pena de morte sempre existiu entre os povos, sancionada pelos legisladores mais prestigiados.
- (B) as guerras demonstram que a execução do inimigo é uma prática não apenas legítima como também universal.
- (C) os *quakers* constituem um exemplo de que, surgindo a oportunidade, os medrosos tornam-se valentes.
- (D) os homicídios só podem ser evitados quando os responsáveis por eles renunciam a suas prerrogativas.
- (E) a execução de criminosos, justificável durante uma guerra, torna-se inaceitável em tempos de paz.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O caso dos *quakers* é lembrado para exemplificar a mesma convicção sustentada por outra coletividade, a dos brâmanes.
- II. A pena de talião é refutada por Voltaire porque ele, a par de considerá-la eficaz, julga-a ilegítima e excessivamente cruel.
- III. O caso da Rússia serve a Voltaire para demonstrar que uma pena exemplar, cumprida em vida, é também índice de civilização.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

13. Em relação ao quarto parágrafo, é correto afirmar que Voltaire se vale do seguinte procedimento:

- (A) formula perguntas retóricas, supondo sempre que se deva responder a elas de modo afirmativo.
- (B) imagina os argumentos a que seus leitores poderiam recorrer contra os defensores da pena de talião.
- (C) enumera as razões pelas quais são imorais as vantagens advinentes da aplicação da pena de talião.
- (D) simula mostrar complacência diante do criminoso, para com isso fustigar os defensores da pena de morte.
- (E) tipifica os delitos para os quais se providenciarão a tortura pública e uma reparação pecuniária.

14. Considerando-se o contexto, mostra-se adequada compreensão do sentido de um segmento em:

- (A) *foram forçados a renunciar a essa prerrogativa* (2º parágrafo) = os *quakers* foram obrigados a desistir de qualquer intento bélico.
- (B) *é possível abster-se de matar homens* (2º parágrafo) = não é verdade que o instinto assassino deixe de prevalecer, em alguns casos.
- (C) *que seja cumprida a antiga e universal lei de talião* (3º parágrafo) = cumpra-se: olho por olho, dente por dente.
- (D) *Não podereis acaso responder-lhes* (4º parágrafo) = sereis impedidos de lhes responder ao acaso.
- (E) *seu suplício é uma lição contínua* (5º parágrafo) = é um martírio que se infligem perpetuamente.

15. É correto concluir da argumentação de Voltaire, tomando-se o conjunto do texto:

- (A) Além de ineficaz, a pena de morte impede uma reparação a quem de direito e impossibilita a aplicação de uma pena socialmente exemplar.
- (B) A pena de morte e a pena de talião são bárbaras, ao contrariarem os desígnios divinos e os impulsos da natureza humana.
- (C) É desprezível a ideia da compensação pecuniária por direitos ofendidos, sendo justo promover a indenização apenas pelo caráter pedagógico da medida.
- (D) Não há lição possível a se tirar da pena de talião, por isso os legisladores devem preocupar-se com a reparação financeira que redima o criminoso.
- (E) Os bárbaros adotam a pena de talião, que favorece os criminosos, ao invés de adotarem penas exemplares, que punem a sociedade.



16. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
- (A) Havendo quem vos pretendam convencer de que a pena de morte é necessária, perguntem onde e quando ela já se provou indiscutivelmente eficaz.
- (B) Entre os cidadãos de todos os países nunca deixará de haver, por força do nosso instinto de violência, os que propugnam pela pena de morte.
- (C) Destaca-se, entre as qualidades de Voltaire, suas tiradas irônicas e seu humor ferino, armas de que se valia em suas pregações de homem liberal.
- (D) Embora remontem aos hábitos das sociedades mais violentas do passado, a pena de talião ainda goza de prestígio entre cidadãos que se dizem civilizados.
- (E) Opõe-se às ideias libertárias de Voltaire, um lúcido pensador iluminista, a violência das penas irracionais que se aplicam em nome da justiça.
-
17. Está adequado o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) Os argumentos de que devemos nos agarrar devem se pautar nos limites da racionalidade e da justiça.
- (B) Os casos históricos em que Voltaire recorre em seu texto ajudam-no a demonstrar de que a pena de morte é ineficaz.
- (C) A pena de talião é um recurso de cuja eficácia muitos defendem, ninguém se abale em tentar demonstrá-la.
- (D) Os castigos a que se submetem os criminosos devem corresponder à gravidade de que se reveste o crime.
- (E) As ideias liberais, de cuja propagação Voltaire se lançou, estimulam legisladores em quem não falte o senso de justiça.
-
18. Deve-se **CORRIGIR**, por deficiência estrutural, a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) O tratamento de **vós**, que hoje nos soa tão cerimonioso, ecoa uma época em que se aliavam boa argumentação e boa retórica.
- (B) Voltaire não hesita em lembrar as vantagens reais da aplicação de penas que poupam a vida do criminoso para que pague pelo que fez.
- (C) Como sempre há quem defenda os castigos capitais, razão pela qual Voltaire buscou refutá-los, através de alternativas mais confiáveis.
- (D) Note-se a preocupação que tem esse iluminista francês em escalonar as penas de modo a que nelas se preserve adequada relação com o crime cometido.
- (E) Na refutação aos que defendem a pena de talião, Voltaire argumenta que o mal já causado não se sana com um ato idêntico ao do criminoso.
-
19. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Os criminosos que tenham ultrajado a pátria seriam forçados a servi-la pelo tempo que se julgava necessário.
- (B) Os que vierem a ultrajar a pátria deveriam ser submetidos a um castigo que trouxera consigo uma clara lição.
- (C) Ninguém seria indiferente a uma vultosa soma que venha a receber como indenização ao delito que o prejudique.
- (D) O próprio criminoso, se mantivesse alguma dose de decência, possa tirar proveito da lição a que seja submetido.
- (E) Sempre houve povos que, por forte convicção, evitaram a guerra, ainda quando fossem provocados.
-
20. Muitos se dizem a favor da pena de morte, mas mesmo os que mais ardorosamente defendem a pena de morte não são capazes de atribuir à pena de morte o efeito de reparação do ato do criminoso que supostamente mereceria a pena de morte.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:
- (A) a defendem - lhe atribuir - a mereceria.
- (B) a defendem - atribui-la - lhe mereceria.
- (C) defendem-na - atribui-la - merecer-lhe-ia.
- (D) lhe defendem - lhe atribuir - mereceriam-na.
- (E) defendem-lhe - atribuir-lhe - a mereceria.
-
- Noções de Gestão Pública**
21. O modelo de administração gerencial no Brasil
- (A) foi introduzido pelo Decreto-Lei nº 200/1967, visando profissionalizar a administração federal, reduzindo o nível de autonomia das empresas e autarquias e implantando o Orçamento de Base Zero.
- (B) foi implementado com a criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), em 1936, tendo por meta flexibilizar as funções gerenciais nas autarquias federais.
- (C) teve seu auge na segunda metade dos anos 1990, visando ao processo de fortalecimento da responsabilização e autonomia dos níveis gerenciais e tentando implantar a gestão por resultados na administração federal.
- (D) foi um movimento político iniciado no fim dos anos 1980 orientado para a privatização das políticas sociais e fortalecimento dos controles externos formais da administração federal.
- (E) foi introduzido no Brasil através do Programa Nacional de Desburocratização, tendo como meta extinguir a burocracia formal e implantar a burocracia gerencial, voltada exclusivamente para os processos.
-
22. O principal instrumento para a implantação do Planejamento Estratégico no âmbito do Poder Judiciário, ao qual se refere a Resolução 70 do Conselho Nacional da Justiça, é a
- (A) definição da visão do Poder Judiciário segundo o Plano Estratégico Estadual.
- (B) agilização dos trâmites judiciais e administrativos.
- (C) definição de pelo menos um indicador de resultado para cada objetivo estratégico.
- (D) definição de metas de longo prazo associadas à missão do Poder Judiciário, segundo o Plano Estratégico Nacional.
- (E) motivação dos magistrados a implantar os objetivos centrais do Poder Judiciário, segundo a definição do Poder Executivo.



23. O Decreto-Lei nº 200/1967 estabelece como principal medida
- (A) o aumento da formalização na tramitação dos processos governamentais, visando a maior impessoalidade na administração pública federal.
 - (B) a indicação de profissionais do mercado para melhorar o padrão gerencial da administração pública estadual.
 - (C) a redução dos níveis hierárquicos, visando transferir o poder para os escalões inferiores da administração pública federal.
 - (D) a descentralização das atividades-meio, objetivando reduzir o viés autoritário da administração pública federal.
 - (E) a desconcentração administrativa, distinguindo as atividades de direção das de execução.
24. A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem como objetivo precípuo
- (A) definir metas gerais que devem ser incorporadas aos orçamentos dos anos seguintes.
 - (B) definir metas e prioridades da administração pública federal que devem ser incorporadas pela LOA.
 - (C) revisar a cada cinco anos as diretrizes gerais do governo que devem ser incorporadas aos Planos Plurianuais.
 - (D) limitar os gastos com pessoal e custeio da máquina de acordo com tetos estabelecidos a cada cinco anos.
 - (E) reduzir a descontinuidade do planejamento público, impondo a cooperação entre governos.
25. A definição da visão da organização no planejamento estratégico
- (A) só vale para o curto prazo da organização.
 - (B) configura uma etapa desvinculada da definição da missão da organização.
 - (C) implica necessariamente uma crítica da situação atual da organização.
 - (D) representa aquilo que a organização quer ser num futuro previsível.
 - (E) é um instrumento da reengenharia organizacional.
26. Quando uma autoridade tem competência para editar um determinado ato e pratica-o, mas, nessa operação, afasta-se do fim colimado para perseguir finalidade diversa da visada, configura um caso de
- (A) desvio de poder.
 - (B) incúria administrativa grave.
 - (C) nepotismo.
 - (D) clientelismo.
 - (E) omissão.
27. Na aplicação do método do *Balanced Scorecard* ao planejamento estratégico do Poder Judiciário é essencial
- (A) definir limites de gastos com as reformas previstas nos planejamentos estratégicos setoriais.
 - (B) identificar os processos internos críticos para a realização das necessidades dos cidadãos que acessam a Justiça.
 - (C) definir a missão da Justiça com base na perspectiva do conjunto dos funcionários.
 - (D) subordinar o acesso aos serviços judiciários ao cálculo de custo unitário dos procedimentos.
 - (E) estabelecer procedimentos que não precisam seguir a legislação.
28. Com relação à classificação dos indicadores de gestão, considere as afirmativas abaixo.
- I. Indicadores de produtividade permitem medir a eficiência na aplicação dos recursos para a geração de bens e serviços.
 - II. Indicadores de qualidade visam aperfeiçoar processos e expressam a eficácia na obtenção da conformidade do produto e do processo.
 - III. Indicadores de desempenho são fundamentais para as organizações contemporâneas.
 - IV. Indicadores de resultados são utilizados na monitoração do grau de sucesso dos objetivos perseguidos, que dependem exclusivamente das competências da empresa, visto não serem influenciados por fatores externos.
 - V. Indicadores que não espelhem esforços e metas dos programas internos de melhorias dizem muito pouco à organização.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II, III e V.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I e V.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) I, III, IV e V.
29. Em organizações complexas, na implantação de mudanças nos objetivos estratégicos em cenários de incerteza, a função de direção deve enfatizar
- (A) a emissão de ordens claras e válidas para o longo prazo.
 - (B) a competição entre os setores operacionais.
 - (C) a motivação dos quadros funcionais para a realização das atividades rotineiras.
 - (D) o exercício da liderança e a coordenação dos setores da organização para a mudança.
 - (E) a prevalência dos procedimentos sobre a liderança.
30. De acordo com a Resolução 49 do Conselho Nacional de Justiça, as informações estatísticas produzidas pelos Tribunais devem ser reunidas e supervisionadas
- (A) pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias.
 - (C) pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário.
 - (D) pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) pela Comissão de Estatística e Gestão Estratégica.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A disciplina que tem por objeto a estrutura formal e a autenticidade dos documentos é a

- (A) bibliologia.
- (B) paleografia.
- (C) sigilografia.
- (D) diplomática.
- (E) ecdótica.

32. A propósito do paralelismo entre as diferentes instituições de custódia de documentos, considere as afirmativas abaixo.

- I. A diferença entre o material de biblioteca e o de arquivo independe de técnica de registro, suporte ou formato.
- II. Ao museu histórico devem ser recolhidos os documentos de arquivo de valor permanente.
- III. Ao contrário dos arquivos, museus e centros de documentação formam seus acervos por meio de coleções.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

33. Um fundo é aberto quando

- (A) a entidade produtora continua em atividade.
- (B) há espaço suficiente para armazenamento do acervo.
- (C) não sofre restrições de acesso.
- (D) seus documentos mais importantes ficam expostos.
- (E) seus documentos são desclassificados.

34. A possibilidade de examinar ou conhecer documentos sigilosos por permissão excepcional configura a chamada consulta

- (A) livre.
- (B) contenciosa.
- (C) de segurança.
- (D) de custódia.
- (E) por derrogação.

35. Dentre os serviços que o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região oferece por meio de seu *site*, no âmbito da gestão de documentos e informações, destaca-se o de Jurisprudência, cujos parâmetros de pesquisa são: texto, relator, redator, data de julgamento, data de publicação e órgão julgador. Nesse último quesito, figuram como opções

- (A) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada, Tribunal de Justiça.
- (C) Tribunal Pleno, 2ª Turma e 1ª Turma.
- (D) Tribunal Regional Federal, Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal de Alçada.
- (E) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho, 2ª Vara e 1ª Vara.

36. Os atos administrativos do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, quando voltados para os interesses gerais da instituição, dos desembargadores federais, juízes e servidores, exprimem-se por meio de

- (A) decretos.
- (B) portarias.
- (C) cartas circulares.
- (D) editais.
- (E) memorandos.

37. O ato pelo qual determinado documento passa a constituir processo, depois de recebido no setor de protocolo de uma entidade, é conhecido pelo nome de

- (A) intimação.
- (B) recolhimento.
- (C) tramitação.
- (D) autuação.
- (E) expedição.

38. O Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos (e-DOC), utilizado no âmbito da Justiça do Trabalho,

- (A) admite o fracionamento da petição e dos documentos que a acompanham, para fins de transmissão.
- (B) só aceita petições em formato PDF, no tamanho máximo, por operação, de 2 megabytes.
- (C) desconsidera as petições transmitidas fora do horário de atendimento ao público.
- (D) não expede comprovantes de recebimento da petição, qualquer que seja seu remetente.
- (E) exige a apresentação posterior de originais ou fotocópias autenticadas.

39. De acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada da Justiça do Trabalho de 1ª e 2ª Graus, são de guarda permanente, entre outros, os processos de

- (A) exceção de impedimento, execução de título extrajudicial e restauração de autos.
- (B) embargos à adjudicação, agravo regimental e recurso de multa.
- (C) conflito de competência, *habeas data* e dissídio coletivo.
- (D) execução de termo de ajuste de conduta, embargos à arrematação e reintegração de posse.
- (E) exceção de incompetência, homologação de transação extrajudicial e consignação em pagamento.

40. O período durante o qual os documentos permanecem no arquivo corrente ou no arquivo intermediário, de acordo com a tabela de temporalidade, constitui o chamado prazo de

- (A) prescrição.
- (B) recolhimento.
- (C) transferência.
- (D) retenção.
- (E) destinação.



41. Quando um documento passa a servir a fins distintos daqueles para os quais foi originalmente produzido, o processo de avaliação lhe atribui valor
- (A) informativo.
 - (B) probatório.
 - (C) intrínseco.
 - (D) legal.
 - (E) secundário.
42. O instrumento que serve para indicar o ato (citação, penhora, apreensão ou qualquer medida processual), cuja prática se requisita de juiz de outra circunscrição, chama-se
- (A) carta precatória.
 - (B) foral.
 - (C) carta patente.
 - (D) acórdão.
 - (E) debênture.
43. Embora apresentem fórmulas semelhantes, atestado e certidão são espécies documentais distintas, sendo o primeiro uma declaração e a segunda
- (A) um instrumento normativo.
 - (B) um registro reivindicatório.
 - (C) uma transcrição legitimada.
 - (D) um diploma ascendente.
 - (E) uma concessão de direito.
44. Processo de execução fiscal, caderno, contrato e cópia são exemplos de
- (A) tipo, formato, espécie e forma.
 - (B) suporte, forma, formato e espécie.
 - (C) forma, espécie, suporte e tipo.
 - (D) formato, tipo, forma e técnica de registro.
 - (E) espécie, suporte, tipo e formato.
45. Um enorme cartaz emoldurado (pôster), cujo conteúdo, em letras garrafais, reproduz dispositivo legal a ser cumprido por todos, é documento do gênero
- (A) iconográfico.
 - (B) audiovisual.
 - (C) cartográfico.
 - (D) textual.
 - (E) tridimensional.
46. Ao definir arranjo como o *processo de agrupamento dos documentos singulares em unidades significativas* e também o de agrupamento de tais unidades entre si, numa relação igualmente significativa, Schellenberg evoca o princípio da
- (A) temporalidade.
 - (B) organicidade.
 - (C) caducidade.
 - (D) imprescritibilidade.
 - (E) autenticidade.
47. Se entendermos a classificação como a *ação intelectual de construir esquemas para agrupar os documentos a partir de princípios estabelecidos*, como afirma Renato Tarciso Barbosa de Souza, o processo de ordenação é, por sua vez,
- (A) a ação física de colocar os documentos em pastas ou caixas nas estantes, de acordo com suas dimensões e formatos.
 - (B) a guarda de documentos em mobiliário que lhes é reservado nas áreas em que se dividem os depósitos.
 - (C) o mapeamento das unidades de arquivamento, para fins de controle topográfico da documentação.
 - (D) o levantamento das unidades de descrição, com a perspectiva de elaboração de instrumentos de pesquisa.
 - (E) o modo como se dispõem os tipos documentais dentro das divisões estabelecidas no esquema de classificação.
48. Ao ordenar os documentos de acordo com a disposição numérica atribuída aos documentos em sua sucessão temporal, adota-se o sistema
- (A) dígito-terminal.
 - (B) dicionário.
 - (C) numérico cronológico.
 - (D) decimal.
 - (E) enciclopédico.
49. A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) acrescentou à ISAD(G) uma área nova, destinada a
- (A) condições de acesso e uso.
 - (B) pontos de acesso e indexação de assuntos.
 - (C) fontes relacionadas.
 - (D) identificação e contextualização.
 - (E) conteúdo e estrutura.
50. Dentre os instrumentos de pesquisa, segundo Heloísa Bellotto, o mais abrangente e *popular*, que pode alcançar um público não especializado, é o
- (A) inventário.
 - (B) repertório.
 - (C) catálogo.
 - (D) índice.
 - (E) guia.
51. Nos verbetes que descrevem unitariamente os documentos processuais que integram o arquivo permanente de uma instituição, podem ser omitidos, por irrelevantes, dados sobre
- (A) número de protocolo.
 - (B) data tópica.
 - (C) data cronológica.
 - (D) notação.
 - (E) espécie/tipo.



52. As instituições arquivísticas preocupadas com a divulgação de seu acervo junto à comunidade dispõem de serviço de
- (A) *abstracts*.
 - (B) empréstimo.
 - (C) apoio cultural.
 - (D) reprografia.
 - (E) referência.
53. Um documento de arquivo é autêntico quando
- (A) ostenta todos os sinais de validação.
 - (B) as informações nele contidas são verdadeiras.
 - (C) assinado pela autoridade máxima da instituição.
 - (D) transmitido e preservado sem adulteração.
 - (E) corresponde fielmente ao original.
54. À organização que distribui certificados digitais aos usuários finais, mediante processo de identificação estabelecido nas práticas definidas na Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP), dá-se o nome de
- (A) autoridade de registro.
 - (B) fiscal de criptografia.
 - (C) auditor digital.
 - (D) *digital manager*.
 - (E) gestor de autenticidade.
55. A administração do acesso aos arquivos encontra, na legislação brasileira, preceitos por vezes conflitantes. Ao mesmo tempo em que assegura a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo, a Constituição
- (A) faculta apenas aos militares a prerrogativa de obter certidões em repartições públicas para esclarecimento de situações que lhes digam respeito.
 - (B) estabelece sistema de taxas e emolumentos para que, no exercício do *habeas data*, as pessoas conheçam as informações que sobre si constam nos bancos de dados governamentais.
 - (C) reserva aos parlamentares a condição de propor ações que objetivem anular toda e qualquer medida lesiva ao patrimônio arquivístico do Estado.
 - (D) transfere para instituições não governamentais, mediante contratos de gestão, a incumbência de administrar os arquivos federais, estaduais e municipais, administrando sua consulta.
 - (E) afirma serem invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, protegendo as informações que possam prejudicá-las.
56. Quando da microfilmagem de documentos de arquivo é possível aparecer, nas matrizes de primeira geração, o chamado craquelamento da emulsão. Tal defeito deve-se a
- (A) manuseio descuidado, deixando o filme entrar em contato com superfície cortante da processadora.
 - (B) grande variação de temperatura nas substâncias de processamento, lavagem ou secagem.
 - (C) filme torcido ou amassado antes ou durante o processamento.
 - (D) ângulo da luminária da filmadora baixo demais.
 - (E) vazamento de luz na cabeça da filmadora ou na sala de revelação.
57. À sequência de *bits* que usa algoritmos específicos, chaves criptográficas e certificados digitais para autenticar a identidade do signatário e confirmar a integridade do documento dá-se o nome de
- (A) chave digital.
 - (B) cifração digital.
 - (C) assinatura digital.
 - (D) certificação digital.
 - (E) decifração digital.
58. Quanto maior o número de *pixels* utilizados no processo de captura digital de determinada imagem,
- (A) mais elevada será sua resolução linear.
 - (B) menos necessidade haverá de lhe aplicar iluminação direta.
 - (C) maior grau de compressão alcançará o arquivo.
 - (D) mais reduzida a escala de tonalidades de cinza que obterá.
 - (E) menos qualidade terá sua reprodução.
59. O mobiliário de aço tratado com pintura sintética, de efeito antiestático, é especialmente recomendado para armazenar
- (A) filmes de sais de prata.
 - (B) palimpsestos.
 - (C) pergaminhos.
 - (D) fitas magnéticas.
 - (E) papéis ácidos.
60. A fim de proteger os documentos em suporte-papel, utiliza-se a técnica da encapsulação, que consiste em
- (A) encerrá-los em recipiente hermeticamente fechado, submetendo-os a fumigação.
 - (B) colocá-los entre duas superfícies de poliéster transparente cujas bordas são seladas.
 - (C) reunir as folhas avulsas entre capas, fixando-as por meio de adesivo.
 - (D) preencher suas eventuais falhas com polpa de papel, de forma manual ou mecânica.
 - (E) utilizar agentes químicos para destruir insetos e micro-organismos xilófagos.